

MINUTA

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP, DE 2015, REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE AGOSTO DE DOIS MIL E QUINZE. Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de dois mil e quinze, instalou-se a 2ª Reunião Extraordinária do Comitê de Integração da Bacia do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP, em Resende (RJ), com a **presença de 34 membros e 22 convidados** (conforme relação no final desta ata); e com a seguinte **Ordem do Dia**: **1** – Abertura da Sessão; **2** – Apresentação da Ordem do Dia; **3** – Comunicados; **4** – Deliberação/Resolução conjunta CEIVAP/Guandu que dispõe sobre a alteração dos dispositivos que estabelecem mecanismos referentes à cobrança pelas águas transpostas da Bacia do rio Paraíba do Sul para a Bacia do rio Guandu; **5** – Participação da Sociedade Civil no ENCOB; **6** – Assuntos Gerais. **1 – Abertura da Sessão** – Conferido o quórum, o Presidente do CEIVAP, Sr. André Corrêa (SEA/RJ) cumprimentou todos os presentes e iniciou a reunião. **2 – Apresentação da Ordem do Dia** – O Sr. André Corrêa (SEA/RJ) releu a ordem do dia e perguntou se a plenária estava de acordo com a pauta proposta, não havendo manifestação, foi dado andamento à reunião. **3 – Comunicados** – Não havendo comunicados, o Presidente do Comitê deu andamento colocando o quarto item da pauta em discussão. **4 – Deliberação/Resolução conjunta CEIVAP/Guandu que dispõe sobre a alteração dos dispositivos que estabelecem mecanismos referentes à cobrança pelas águas transpostas da Bacia do rio Paraíba do Sul para a Bacia do rio Guandu** – A Sra. Maria Aparecida Vargas (Energisa Soluções SA) fez um breve resumo cronológico dos fatos expondo que o determinado tema vem sendo discutido no âmbito do Comitê e já foi pedida a prorrogação de prazo ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) algumas vezes, inclusive em dezembro de 2015 vence pela quarta vez o prazo. Relatou que anterior à lei do Estado do Rio de Janeiro, que estipulou os 15% da arrecadação da cobrança do Guandu como pagamento, já havia sido discutido junto com a metodologia da cobrança, uma forma de viabilizar a cobrança do CEIVAP para Guandu. É uma cobrança diferenciada, onde se tem uma transposição para gerar energia, onde é feito um pagamento pelo uso da água através da compensação financeira, recurso esse que também por lei é repassado para Agência Nacional de Águas (ANA) para manutenção do sistema de recursos hídricos. Contou que o INEA e a ANA uniram esforços por uns dois anos para conseguir achar um mecanismo que viabilizasse a referida cobrança. A cobrança já estava instituída no Guandu, mas não existia um mecanismo que conseguisse fazer com que o Guandu repassasse o recurso, até que se achou o mecanismo e recurso começou a ser repassado. Disse que a lei do estado do Rio foi republicada, conseguiram alterar, e ficaram a mercê dos 15% previstos em lei. Comentou que o CEIVAP não tinha o que fazer, ou acompanhavam a lei ou não tinha a cobrança, visto que uma deliberação do Comitê jamais conseguiria passar por cima de uma lei estadual. Conseguiram mudar a lei estadual colocando a brecha de que essa cobrança poderia ser alterada desde que houvesse um acordo feito entre os dois comitês de bacia envolvidos, CEIVAP e Guandu. Informou que desde então sempre tem acontecido coisas que interrompem o processo, tornando a situação insustentável, considerando que o último prazo era em dezembro. A Sra. Maria Aparecida Vargas (Energisa Soluções SA) falou que a Comissão Especial Permanente de Articulação do CEIVAP e do Comitê Guandu foi reconstituída e vem discutindo uma proposta que pudesse atender o interesse dos dois Comitês. A Comissão consolidou uma proposta inicial, que começava com uma cobrança progressiva, iniciando com 10% a mais e chegando a mais 20%. Essa proposta foi encaminhada para o Comitê Guandu, e este apresentou recentemente uma contra proposta prevendo um aumento de 5%, mantendo da forma como o Grupo vem discutindo, com investimento em projetos, e além dos 5% de aumento, ele também iria investir recursos na escola de projetos do CEIVAP. A nível de informação, falou que no Guandu, 70% tem que ser investido em saneamento, 10% repassado ao INEA, 10% de custeio das Agências. Colocou que a questão é que se tem a rubrica orçamentária e não se consegue trazer isso para a bacia. A cobrança dá instrumentos, mas não vai resolver a questão da quantidade e qualidade de recursos hídricos na bacia. Salientou que houve acordo entre a Comissão, cujos dois Comitês fazem parte, para consolidação da proposta inicial, e depois de passar pela câmara técnica e plenária do Comitê Guandu surgiu essa nova proposta em cima da proposta inicial. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida) disse que enviou uma carta aberta, como representante da ONG O Nosso Vale! A Nossa Vida, a toda a sociedade. Relatou que assumiu a coordenação da Comissão juntamente com a posse da vice-presidência do CEIVAP, acompanhou o processo de perto, e diversas vezes as reuniões da Comissão foram postergadas pela impossibilidade de participação do Comitê Guandu. Paralelo a isso a AGEVAP foi a todos os comitês de bacia, nos quais exerce função de agência de bacia, explicando os mecanismos e o processo da cobrança dos 15%. Citou que há uma Nota Técnica, elaborada pela ANA, a respeito dos mecanismos de cobrança no Guandu e o repasse para a bacia do rio Paraíba do Sul, para o CEIVAP, enquanto Comitê Federal. Relatou que em fevereiro de 2015, em uma reunião com todos os membros da Comissão, consolidaram uma proposta que previa 25% de investimentos em projetos, para construir melhor qualidade e quantidade de água na bacia. Essa proposta foi enviada para o Guandu, existem cartas encaminhadas ao Guandu que não obtiveram repostas formais. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida) continuou falando que a coordenadora da Câmara Técnica do CEIVAP encaminhou uma

60 carta às diretorias do CEIVAP e Guandu solicitando reunião. No dia em que essa reunião foi realizada a
61 Comissão consolidou outra proposta, sem a participação de todos os membros, diferente da consolidada
62 anteriormente. Contou que neste dia passou a coordenação da Comissão para a Sra. Maria Aparecida Vargas.
63 Expôs que a proposta apresentada na presente reunião não passou pela Câmara Técnica do CEIVAP, veio do
64 Comitê Guandu. Havia uma reunião da CTC do CEIVAP marcada antes dessa ocasião para discussão da nova
65 proposta apresentada pelo Guandu, porém, a reunião foi desmarcada as vésperas. Salientou que, a seu ver, votar
66 nessa proposta não vai contribuir para a bacia. O Sr. Sandro Honório (Comissão Ambiental Sul/MEP)
67 mencionou que existem discussões sendo feitas em Volta Redonda desde 2011, onde o único movimento social
68 que fez ato contra a transposição foi a Comissão Ambiental Sul. Comentou que atualmente eles estão discutindo
69 a questão do segundo reservatório de água da CEDAE. Pontuou que se não tiver reflorestamento na região, não
70 vai ter água para mandar para o Rio de Janeiro. Citou que o Guandu não dá conta de abastecer todo o Estado do
71 Rio de Janeiro. Concluiu falando que o sul do Estado não está pedindo nada mais que o evidente, apenas que o
72 recurso financeiro venha para suprir a necessidade. A Sra. Rita Souza (Educa Mata Atlântica) concordou com a
73 fala do Sr. Sandro Honório, acrescentando que todo mundo sabe da precariedade e das necessidades que região
74 tem. Ressaltou que a decisão apresentada na reunião foi do Comitê Guandu, não passou pela Câmara Técnica do
75 CEIVAP, e pela ordem, um Comitê não pode tomar a decisão por dois. O Sr. André Marques (AGEVAP)
76 ressaltou que a Comissão é composta por membros dos dois Comitês, CEIVAP e Guandu. O Sr. João Gomes
77 Siqueira (UENF) expôs seu ponto de vista falando que essa Comissão foi muito bem elaborada, todos os
78 Comitês foram convidados para composição, juntamente com os outros integrantes, a discussão foi muito sadia,
79 e infelizmente a proposta inicialmente consolidada não foi aclamada porque a maioria convergiu para a proposta
80 do Comitê Guandu. Como Comitê Baixo Paraíba do Sul, discorda da proposta apresentada na presente ocasião,
81 está registrado em ata, mas democraticamente ela foi aceita na Comissão. Mencionou que toda crise traz saldo
82 positivo, e essa fez repensar a gestão de recursos hídricos e gestão ambiental, repensar e rediscutir. Opinou
83 dizendo que a proposta aqui apresentada é injusta a seu ver, e deve-se chegar ao consenso, seja rediscutido ou
84 encaminhado para a CTC do CEIVAP. A Sra. Zeila Piotto (CIESP Taubaté) citou que a questão de prazos não é
85 um assunto fácil, existem muitos desafios, onde o maior deles é o pacto, que não está acontecendo. Disse que
86 pela forma como foi conduzido esse processo não existiu um pacto. Falou que a Nota Técnica da ANA não foi
87 encaminhada para a plenária, e destacou o aspecto da questão jurídica de aplicação de recursos, não existe base
88 legal para aplicar só no estado do Rio de Janeiro, o texto da deliberação está inadequado. Sobre a questão de ser
89 discutido ou não na CTC, disse que o pacto se constrói com a discussão de aspectos. O CEIVAP só tem uma
90 instância consultiva, sua Câmara Técnica, e esse assunto não passou por essa Câmara. Expôs sua opinião
91 dizendo que não é questão de que todo assunto tenha que passar pela CTC, mas esse deveria passar. Concluiu
92 sua fala ressaltando que não há subsídios, na presente reunião, para aprovar a deliberação. A Sra. Inês Pandeló
93 (Ass. Mulher Cidadania Ambiente) relatou que como Deputada seu tema prioritário era bacia do rio Paraíba do
94 Sul e ela esteve presente, várias vezes, para lutar contra a transposição, inclusive junto com a Comissão
95 Ambiental Sul. Citou que o objetivo principal é a preservação da bacia. Disse que é importante respeitar as
96 instâncias de tomada de decisão, não adianta discutir o assunto na plenária se este não passou por todas
97 instâncias que deveria ter passado. Falou também que é importante que o Comitê Guandu entenda que se não
98 investir na bacia do rio Paraíba do Sul, não vai ter no que investir na bacia do rio Guandu. Mencionou que por
99 enquanto é mais questão de qualidade, mas daqui a pouco vai ser quantidade. A Sra. Moema Versiani disse que
100 para que essa proposta passe pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI), o CEIVAP e o Comitê
101 Guandu tem que entrar em acordo. Sobre as Notas Técnicas, disse que a da ANA ressaltou aspectos
102 hidrológicos, enquanto a do INEA valorizou os processos. Resgatou que em 2005 deliberaram os mecanismos,
103 em 2011 entrou em vigor, e essa é uma oportunidade de alterar e testar uma nova proposta, ver se funciona na
104 prática. Como representante do INEA, está de acordo com os 5%, desde que a negociação fique aberta. O Sr.
105 André Corrêa (SEA/RJ) declarou que não acompanhou a discussão técnica da Comissão, mas a seu ver, poderia
106 ter tido um encaminhamento político para essa questão e não houve. Disse que, em sua opinião, é justo que o
107 Comitê Guandu contribua cada vez mais com o CEIVAP, esse princípio é legítimo; porém, postergar a decisão
108 não vai ajudar, visto que pode ser dado um passo a frente. Colocou que sua sugestão é aprovar essa deliberação
109 no formato apresentado pelo Guandu, e conversar para continuar avançando. É indispensável uma discussão
110 para avançar na proposta, mas os 5% já significa um passo sendo dado. Colocou-se a disposição para contribuir
111 no processo, mapear os interesses, alinhar e avançar. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida)
112 explicou que a proposta que a Comissão construiu começaria a ser paga em 2017, e esse formato passou pela
113 CTC do CEIVAP, dos 25% gradativo. Essa proposta está no Guandu desde fevereiro de 2015, e não cabe a
114 plenária do CEIVAP aprovar uma proposta que veio do Guandu, que nem sequer passou pela CTC do CEIVAP.
115 O Sr. Rutnei Morato Erica (SOAPEDRA) mencionou que houve uma reunião entre os membros da sociedade
116 civil dos três estados, e o segmento não está de acordo com a proposta apresentada nessa deliberação. A
117 sugestão é que volte a discussão para a Comissão e para as instâncias dos Comitês para que haja um debate
118 democrático e consciente. A Sra. Zeila Piotto (CIESP Taubaté) salientou que a Comissão precisa de subsídios e

119 para isso seria interessante uma Nota Técnica da ANA sobre as diretrizes para implementação dos instrumentos
120 e as regras para a questão da transposição. A Sra. Ana Maria de Gouvêa (Prefeitura de Piquete) disse estar de
121 acordo com que essa proposta seja discutida no âmbito da CTC do CEIVAP. Destacou que o problema é uso e
122 reservação, prioridade do uso da água, que é prioritária para o abastecimento humano. O Sr. Virgílio Furtado da
123 Costa (AMPAR) destacou que a bacia tem dois rios Paraíba, um para cima de Vigário e outro para baixo de
124 Vigário. Disse que os Comitês mineiros querem ter uma conversa com o Presidente do CEIVAP em relação ao
125 rio Paraíba de Vigário para baixo. Dada a discussão e todas as manifestações registradas pela plenária, o Sr.
126 André Corrêa (SEA/RJ) retirou o item da pauta e colocou um prazo de 30 dias para que a nova proposta passe
127 pela Câmara Técnica do CEIVAP e seja encaminhada para a Comissão Especial novamente. **5 – Participação**
128 **da Sociedade Civil no ENCOB** – O Sr. Deivid Lucas de Oliveira (FIEMG) sugeriu que o CEIVAP abra
129 precedente para outros segmentos, além da sociedade civil, que queiram participar do ENCOB recebendo ajuda
130 de custo Comitê. O Presidente do CEIVAP mencionou que serão estabelecidos critérios para analisar as
131 indicações dos representantes das instituições que manifestarem interesse em participar do evento, e possibilite
132 esse tipo de participação custeada pelo CEIVAP. Não havendo manifestações contrárias, o Sr. André Corrêa
133 (SEA/RJ) solicitou que os representantes que tiverem interesse em participar do evento, sendo custados pelo
134 Comitê, enviem sua indicação para a AGEVAP. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CEIVAP
135 agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, tendo a presente ata sido lavrada por mim, Raíssa Galdino,
136 secretária ad hoc, e depois de aprovada, foi assinada pelo Presidente do CEIVAP, Sr. André Corrêa, e pela
137 Secretária, Sra. Maria Aparecida Vargas.

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

Resende, 25 de agosto de 2015

André Corrêa
Presidente do CEIVAP

Maria Aparecida Vargas
Secretária do CEIVAP

LISTA DE PRESENÇA

Membros do CEIVAP

MINAS GERAIS – **Poder público:** Joaquim Arildo (SEAPA/MG), Virgílio Furtado da Costa (AMPAR);
Usuários: Renato Bernardes da Silva (DEMSUR), Deivid Lucas de Oliveira (FIEMG), Cláudio Luis Dias
Amaral (Agro-Indústria Reserva das Gerais), Maria Aparecida Vargas (Energisa Soluções SA), Antônio José
Francisco (Consórcio do Rio Muriaé).

SÃO PAULO – **Poder público:** Marcos Martinelli (Sec. Est. De Agricultura e Abast.), Fabrício Cesar Gomes
(Sec. Est. de Saneamento); **Usuários:** Benedito Felipe Oliveira Costa (SABESP), Camila Reggiani da Silva
(FIBRIA), Danielle Lopes Bacelar (CIESP Jacareí), Zeila Piotto (CIESP Taubaté); Maria Aparecida Cabral
(Tremembé Indústrias Químicas), Maria Inez Capps (EMBRAER), João Marcelino da Silva (Sind. Rural de
Monteiro Lobato); **Organizações Cívicas:** Rutnei Morato Erica (SOAPEDRA), Elias Adriano dos Santos (Assoc.
Desportiva e Cultural dos Moradores do Centro Urbano de Queluz), Laurentino Gonçalves Dias Jr. (Fundação
Cristiano Rosa), Sueleide Prado (Vale Verde), Tereza Cristina Brazil de Paiva (USP – Escola de Eng. de
Lorena), Luiz Roberto Barretti (ABES/SP).

RIO DE JANEIRO – **Poder público:** André Corrêa (SEA/RJ), Eliane Barbosa (INEA/RJ), Livia Soalheiro
(INEA/RJ), Moema Versiani (INEA/RJ), Daniela Vidal (Prefeitura de Volta Redonda), Waldemiro B. de
Andrade (Prefeitura de Barra do Piraí), Juvenal de Souza B. Neto (Prefeitura de Areal); **Usuários:** Marcelo
Carvalho (Eletrobrás Furnas), (FIRJAN), Alexandre Silveira (Light Energia); **Organizações cívicas:** Roberto
Machado de Oliveira (Instituto Rio Carioca), Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida), Evandro
Rodrigues de Brito (ABES/RJ), João Gomes Siqueira (UENF).

Convidados

Ana Raquel da Cunha Ferreira (Prefeitura de Barra do Piraí), Cláudia Maria Ramos (Prefeitura de Barra do
Piraí), Walker Ferraz (CBH-PS), Adilson Trindade (USP), Edimar Xavier (INEA/SUPMEP), Paulo Diniz
(ONS), Inês Pandeló (Ass. Mulher Cidadania Ambiente), Reginaldo Lopes (Sec. Meio Ambiente BM), Vinicius

178 Novello (Holística do Brasil), Rita Souza (Educa Mata Atlântica), Sandro Honório (Comissão Ambiental
179 Sul/MEP), Rodrigo Marques (Tribunal de Contas da União), Eduardo Martins Filho (Tribunal de Contas da
180 União), Luiz Henrique Galerani (SEA/INEA), Carlos Pereira (SEA), Diogo Balm (HME), Eduardo de Araújo
181 (IGAM), José Arruda da Silva (CEDAE), Maria Elizabete Costa (CEDAE), Leonardo Moreira e Silva (ALERJ),
182 Marcelo Sanchez (Jornalista), André Marques (AGEVAP), Aline Alvarenga (AGEVAP), Daiane Santos
183 (AGEVAP), Luis Felipe Cunha (AGEVAP), Gabriela Andrade (AGEVAP), Raíssa Galdino (AGEVAP).

184

185

186 **Resende, 25 de agosto de 2015**